

# O Candidato e o Governante

26. II. 59

É da natureza da vida democrática que a atividade pública se exerce através dos partidos políticos. São estes os órgãos indispensáveis por meio dos quais o povo exerce a sua influência sobre o andamento dos negócios públicos. Todo político é, pois, necessariamente homem de partido e muito para desconflar é dos que se situam fora e acima das organizações partidárias: esses visam, mais que tudo, a própria pessoa e dos partidos se servem apenas como simples instrumentos particulares, que abandonam, quando mais não lhes servem.

Mas, se o político não pode, eu, pelo menos, não deve fugir a uma caracterização partidária, se como deputado, por exemplo, está ele ligado a um partido, cujas idéias representa e defende, uma situação há em que, no próprio interesse do regime democrático, deve ele esquecer a sua origem partidária, colocando-se, não dizemos fora, mas acima do seu próprio partido: é quando eleito para exercer a chefia do poder executivo, seja do Município, do Estado, ou da União. Elege-o um partido, ou uma aliança de partidos, a qual é como um partido maior, mas, em boa e incontestável doutrina, elege-o o partido não para que ele o sirva, senão para que sirva a coletividade inteira. O partido é meio, não fim.

Tal situação supra-partidária dos chefes do poder executivo caracteriza-se plenamente no sistema parlamentar, onde se verifica uma perfeita diferenciação de funções, mas, embora mais dificultosa, não é menos necessária no sistema presidencial, que nos infelicitá. A luta partidária extrema-se por ocasião da eleição, candidatos e partidos combatem-se com violência, mas, terminada a eleição, o candidato vitorioso deve transfigurar-se no governante, que tem por missão prever ao bem comum de todos, correligionários, adversários e indiferentes. Se tal mutação não se verifica, se o candidato continua candidato e leva para o governo as suas rivalidades e paixões, pode-se concluir seguramente que o candidato não estava à altura do cargo que pleiteava e finalmente conquistou.

O sr. Leonel Brizola parece ter sido um vislumbre desta verdade, ao proferir as palavras convencionais com que se empossou. Infelizmente, porém, nada passou das palavras. O candidato, mais exatamente, o caudilho que estava por baixo do candidato, sobreviveu ao pleito e, como já notamos nesta coluna, anda, como alma penada, a perturbar o sossego dos cidadãos. O candidato continua candidato, ou por que outra coisa

não saiba ser, ou porque já tenha o ativo posto em outra ou alta posição. De qualquer forma, ou porque não possa, ou por que não queira, não dá trégua às paixões e procura manter em efervescência o espírito partidário. Não é um governante o que aí temos a agitar-se, mas um chefe de facções.

Ora, a nós, como oposição, nada mais conveniente. A causa pior que nos poderia acontecer, do ponto de vista estritamente partidário e mesquinamente político, é que se pusesse à altura do cargo o candidato que empenhadamente combatemos. Mas não é isto que verdadeiramente nos interessa, como partido, senão o bem público, para o qual existimos. Preferíamos, por isto, que os atos do governante desmentissem, em vez de exuberantemente confirmar, o que dissemos do candidato. Não é infelizmente o que se está vendo: estamos sendo governados por um caudilho desabotoado. E, a esta hora, muitos dos que de boa-fé lhe deram o seu voto hão-de estar já entre temerosos e arrependidos.

Não cremos que alguma coisa possa desviar o sr. Leonel Brizola da sua rota, se os seus processos lhe deram até agora tão bom resultado. Mas não podemos deixar de cumprir um dever de consciência, advertindo-o de que deve mudar de orientação, identificando-se com as obrigações do cargo a que foi elevado. Assim o reclamam os altos interesses do Rio Grande e, por certo, a própria conveniência do seu partido, se é que este vale um pouco mais do que a sua pessoa.